



Simulados Especiais

# MP CE

Analista Ministerial  
Administração - Pós-Edital

# Simulado

Simulado MP-CE (Analista Ministerial - Administração)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Administração do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/eo1M65XvmU6aoSXz6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/pHZV>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O estilo de jogo e as celebrações dos torcedores são publicamente reconhecidos no Brasil como traços nacionais. Em um plano, temos o tão celebrado “futebol-arte” glorificado como a forma genuína de nosso suposto estilo de jogo, e o entusiasmo e os diversos modos de torcer como características típicas de ser brasileiro. Mas, no plano organizacional, não enaltecemos determinados aspectos, uma vez que eles falam de algo indesejado na resolução de obstáculos da vida cotidiana. Nesse sentido, tais traços do famoso “jeitinho” brasileiro não são considerados como representativos do Brasil que idealizamos.

Repetido diversas vezes e vendido para o exterior como uma das imagens que melhor retrata o nosso país, o epíteto “Brasil: país do futebol” merece uma investigação mais cuidadosa. Essa ideia foi uma “construção” histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade. Internamente a utilizamos, quase sempre, com um viés positivo, como uma maneira de nos sentirmos membros de uma nação singular, mais alegre. Não negamos a sua força nem sua eficácia simbólica, mas começamos a questionar o papel dessa representação na virada do século, bem como a atual intensidade de seu impacto no cotidiano brasileiro.

A Copa do Mundo possui uma estrutura narrativa que estimula os nacionalismos. O encanto da competição encontra-se justamente no fato de “fingirmos” acreditar que as nações estão representadas por 11 jogadores. O futebol não é a nação, mas a crença de que ele o é move as paixões durante um Mundial. Mas, ao compararmos a situação atual com a carga emocional de 1950 e 1970, especulamos sobre a possibilidade de estarmos assistindo a um declínio do interesse pelo futebol como emblema da nação.

O jogador que veste a camisa nacional também representa clubes da Europa, além de empresas multinacionais. As marcas empresariais estão amalgamadas com o fenômeno esportivo. As camisas e os produtos associados a ele são vendidos em todas as

partes do mundo. Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural. Ao se enaltecer o futebol como um produto a ser consumido em um mercado de entretenimento cada vez mais diversificado, sem um projeto que o articule a instâncias mais inclusivas, o que se consegue é esgarçar cada vez mais o vínculo estabelecido em décadas passadas.

Se o futebol foi um dos fatores primordiais de integração nacional, sendo a seleção motivo de orgulho e identificação para os brasileiros, qual seria o seu papel no século 21? Continuar resgatando sentimentos nacionalistas por meio das atuações da seleção ou estimulá-los despertando a população para um olhar mais crítico sobre o papel desse esporte na vida do país?

HELAL, R. *Ciência Hoje*, n. 314. Rio de Janeiro: SBPC e Instituto Ciência Hoje. Maio de 2014. p. 18-23. Adaptado.

**No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens.**

1. No texto, predomina o tipo dissertativo-expositivo.
2. Depreende-se das informações do texto que a atração pelo futebol como símbolo nacional tem diminuído nos últimos anos.
3. De acordo com o texto, o Brasil é o único país do mundo no qual o futebol teve um papel relevante na formação da identidade nacional.
4. A Copa do Mundo é estruturada de maneira a fomentar os nacionalismos.
5. No primeiro parágrafo, há uma exaltação ao “jeitinho brasileiro” como traço nacional.
6. O quarto parágrafo funciona como uma explicação para o que se diz no final do terceiro parágrafo
7. O emprego das vírgulas no trecho do primeiro parágrafo “Mas, no plano organizacional, não enaltecemos determinados aspectos” é facultativo.

8. No primeiro período do último parágrafo, o pronome “seu”, no trecho “qual seria o seu papel no século 21?”, refere-se a “brasileiros”.
9. Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “cria”, no trecho do 4º parágrafo “Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural”, fosse substituída por “criam”.
10. O sentido da palavra “epíteto” (segundo parágrafo) é o mesmo de “alcanha”.
11. A substituição do termo “clubes da Europa” (4º parágrafo) por “clubes europeus” manteria a correção e os sentidos originais do texto.
12. Seria mantida a correção gramatical e os sentidos do texto, caso o pronome relativo “que”, no trecho “Essa ideia foi uma ‘construção’ histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade” (2º parágrafo), fosse substituído por “a qual”.
13. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos se a preposição “em”, no trecho do 4º parágrafo, “consumido em um mercado de entretenimento”, fosse substituída por “por”.
14. No trecho “começamos a questionar o papel” (segundo parágrafo), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” seria gramaticalmente incorreta.
15. No trecho “Ao se enaltecer o futebol” (quarto parágrafo), a colocação enclítica do pronome “se” prejudicaria a correção gramatical do texto.
16. A correção gramatical, a coerência e os sentidos originais do terceiro parágrafo seriam mantidos se os dois primeiros períodos fossem unidos por meio da conjunção “no entanto”, feitas as devidas alterações de pontuação e de maiúsculas e minúsculas.
17. No último período do texto, no trecho “um olhar mais crítico”, o vocábulo “mais” intensifica o sentido do adjetivo “crítico”.
18. Os vocábulos “características” e “típicas”, no primeiro parágrafo, são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
19. O segundo período do quarto parágrafo poderia ser reescrito, com manutenção dos sentidos originais e da correção do texto, da seguinte forma: As marcas corporativas estão intrinsecamente ligadas ao fato do esporte.
20. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso se substituísse o segmento “Brasil que idealizamos” (primeiro parágrafo) por “Brasil que temos idealizado”
- LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO  
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO  
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)**
- Rodrigo Francelino*
21. Segundo a Constituição do estado do Ceará no processo legislativo cabe a iniciativa de leis ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição

**22.** Conforme a Constituição do estado do Ceará o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e tem como princípios a unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional.

**23.** Conforme a Constituição do estado do Ceará será assegurado aos membros do Ministério Público a vitaliciedade, após três anos de exercício, a inamovibilidade, e a irredutibilidade de subsídios, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI Nº 9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO), LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ), LEI Nº 8.625/1993 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) E LEI Nº 14.043/2007 E ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ))**

*Tiago Zanolla*

**24.** O princípio da unidade garante que todos os membros do Ministério Público do Brasil sejam subordinados ao Procurador-Geral da República, independentemente de sua esfera de atuação.

**25.** A autonomia administrativa do Ministério Público permite que a instituição se autogoverne, incluindo a iniciativa de propor a criação e extinção de cargos, mas a decisão final cabe ao Poder Legislativo.

**26.** O Ministério Público é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Seu papel é atuar como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. No entanto, sua essencialidade não se estende a todas as funções do Estado Democrático de Direito, mas especificamente à função jurisdicional.

**27.** Consoante a Lei Complementar n. 72/2008, a Ouvidoria Geral do Ministério Público é um órgão de Execução.

**28.** João era servidor público estável e foi demitido injustamente após um processo administrativo disciplinar. Após recorrer na Justiça, obteve decisão favorável determinando sua reintegração ao serviço público. No entanto, ao buscar reassumir seu cargo, foi informado de que o cargo havia sido extinto.

Com base no Estatuto dos Servidores, João não poderá ser reintegrado, pois seu cargo foi extinto, impossibilitando seu retorno ao serviço público.

**29.** O funcionário não poderá recusar a inspeção médica determinada pela autoridade competente, sob pena de repreensão.

**30.** Conforme a Lei n. 14.043/2007, a avaliação de desenvolvimento funcional é o monitoramento sistemático e contínuo, sob vários aspectos, da atuação individual e institucional, para obter informações, a partir dos resultados apresentados, a fim de subsidiar o processo decisório e o gerenciamento da atuação de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará, buscando o aperfeiçoamento na prestação de serviços externos e internos, identificando potenciais, otimizando o desenvolvimento profissional, bem como auxiliando a condução dos trabalhos das equipes e servindo como insumo para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)***Tiago Zanolla*

31. A ética no serviço público consiste apenas no cumprimento das leis e normas estabelecidas, não sendo necessário avaliar a moralidade das ações.
32. A ética se aplica apenas à vida pessoal dos indivíduos, não tendo influência sobre a administração pública ou as relações profissionais.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)***Rodrigo Bet*

33. Para a configuração de ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/1992, é indispensável a comprovação de dolo por parte do agente, não sendo suficiente a mera voluntariedade da conduta.
34. A Lei nº 8.429/1992 classifica os atos de improbidade administrativa em três categorias: aqueles que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
35. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o prazo prescricional para a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa é de 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência da conduta ilícita.

**RACIOCÍNIO LÓGICO***Eduardo Mocellin*

Considerando os conectivos lógicos usuais, que as letras maiúsculas representam proposições lógicas e que o símbolo  $\sim$  representa a negação de uma proposição, julgue os itens a seguir

36. A proposição composta  $(\sim A) \Rightarrow (B \Leftrightarrow C)$  é equivalente a  $((\sim B) \Leftrightarrow (\sim C)) \Rightarrow A$ .
37. Considere as seguintes três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta  $(P \vee (\sim Q)) \Rightarrow (\sim R)$ .

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, a última coluna da tabela-verdade de  $(P \vee (\sim Q)) \Rightarrow (\sim R)$  apresenta valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência: F-V-F-V-V-F-V.

Julgue os itens a seguir relativos a problemas aritméticos.

38. Suponha que, do total de servidores do MP CE, 30% não têm habilidades com cálculos e, do restante, 40% não têm diploma de bacharel em direito. Nesse caso, a quantidade de servidores que têm diploma de bacharel em direito e habilidades com cálculos é superior a 40% do total.

**39.** Suponha que a razão entre a quantidade de servidores homens e mulheres do MP CE era igual a  $\frac{3}{5}$  e que, após a posse de 45 novos servidores, essa razão passou a ser  $\frac{8}{11}$ . Considerando-se que  $\frac{2}{3}$  dos novos servidores são homens e os demais são mulheres, é correto afirmar que a quantidade total de servidores, após a posse, passou a ser superior a 280.

**40.** Suponha que o MP CE recebeu 42 novos servidores que serão distribuídos em três subprocuradorias em partes diretamente proporcionais a  $\frac{1}{3}$ ,  $\frac{1}{5}$  e  $\frac{1}{6}$ . Nesse caso, a menor quantidade de servidores que uma subprocuradoria recebeu foi inferior a 10.

O servidor Procurêncio realizará o cadastro de uma senha em um sistema do MP CE. A senha deve ser composta por seis caracteres, podendo ser algarismos (de 0 a 9) ou letras, que podem ser maiúsculas ou minúsculas. Considerando-se que o alfabeto é composto por 26 letras e que letras maiúsculas e minúsculas são consideradas como caracteres diferentes, julgue os itens a seguir.

**41.** O número de senhas que podem ser cadastradas, considerando-se que não pode haver caracteres repetidos, é  $62! \div 56!$ .

**42.** Admitindo-se a repetição de caracteres e considerando-se que é necessário que a senha tenha 3 algarismos e 3 letras, o número de senhas que podem ser cadastradas é  $10^3 \cdot 52^3 \cdot (6! \div 3!)$ .

**44.** O planejamento tático é intermediário entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, traduzindo os objetivos estratégicos em metas para departamentos ou áreas específicas.

**45.** A função de direção no processo organizacional é responsável por definir os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.

**46.** As novas lideranças no setor público devem promover inovação, adaptabilidade e o uso de dados para a tomada de decisões estratégicas.

**47.** Na gestão de projetos, o escopo deve ser flexível durante a execução, para que mudanças possam ser facilmente incorporadas.

**48.** O controle gerencial consiste apenas em verificar se os resultados alcançados correspondem aos objetivos planejados.

**49.** A departamentalização por processos é uma forma de organizar atividades com base nas etapas de produção ou prestação de serviços.

**50.** O planejamento estratégico define objetivos de longo prazo e orienta a organização em relação às mudanças no ambiente externo.

## NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

*Rodrigo Rennó*

**43.** A estrutura organizacional funcional é adequada para organizações que necessitam de alta especialização em suas atividades.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ADMINISTRAÇÃO GERAL***Douglas Schneider*

*Julgue os itens a seguir acerca das principais abordagens da administração, desde a clássica até a contingencial.*

**51.** A Administração Científica, proposta por Taylor, buscava aprimorar a eficiência produtiva por meio da padronização do trabalho, seleção criteriosa de funcionários e incentivos financeiros, sendo a precursora das abordagens estruturadas de gestão.

**52.** Henri Fayol, criador da Teoria Clássica da Administração, enfatizou a necessidade de descentralização do poder, defendendo que as decisões deveriam ser tomadas prioritariamente pelos níveis operacionais da empresa.

**53.** A Teoria das Relações Humanas surgiu como uma reação à rigidez da Administração Científica e enfatizou a importância dos fatores psicológicos e sociais no ambiente de trabalho.

**54.** A Teoria Contingencial afirma que existe uma estrutura organizacional ideal que pode ser aplicada de forma uniforme a todas as empresas, independentemente do ambiente em que atuam.

*Julgue os itens a seguir acerca das funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle.*

**55.** O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente os objetivos a serem alcançados e os meios para atingi-los, servindo de base para as demais funções do processo administrativo.

**56.** A função de organização no processo administrativo refere-se à estruturação da hierarquia da empresa, sem envolver a alocação de recursos ou a definição de responsabilidades.

**57.** A direção, como função administrativa, envolve liderar e motivar as pessoas para que executem as atividades planejadas, sendo responsável pela comunicação e pela coordenação das equipes.

**58.** O controle é a função administrativa que se limita a corrigir desvios após a execução das atividades, não estando relacionado ao estabelecimento de padrões ou ao monitoramento contínuo.

*Julgue os itens a seguir acerca do equilíbrio organizacional, dos objetivos, desafios e características da gestão de pessoas e do recrutamento e seleção de pessoas.*

**59.** O equilíbrio organizacional é alcançado quando as contribuições dos funcionários são proporcionais aos incentivos oferecidos pela organização, garantindo a satisfação mútua e a continuidade da relação de trabalho.

**60.** A gestão de pessoas tem como objetivo principal apenas a administração burocrática de procedimentos relacionados aos funcionários, sem se preocupar com o alinhamento estratégico ou o desenvolvimento humano.

**61.** O recrutamento interno, embora promova a valorização dos colaboradores e reduza custos, pode limitar a entrada de novas ideias na organização e aumentar a competitividade entre funcionários.



62. As entrevistas estruturadas, por seguirem um roteiro rígido de perguntas, são menos eficazes na comparação de candidatos, pois não permitem a padronização das respostas.

*Julgue os itens a seguir acerca dos principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade, bem como das ferramentas de gestão da qualidade.*

63. O Ciclo PDCA é uma ferramenta de gestão da qualidade que auxilia na melhoria contínua dos processos organizacionais, sendo amplamente utilizado para padronizar atividades e eliminar a necessidade de ajustes posteriores.

64. O Modelo de Excelência em Gestão (MEG), promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), baseia-se exclusivamente na melhoria da produtividade e na redução de custos, sendo voltado prioritariamente para o setor privado.

*Julgue os itens a seguir acerca dos conceitos da abordagem por processos, técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos, noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos e Business Process Management (BPM).*

65. A abordagem por processos foca na estrutura hierárquica da organização, priorizando a definição de níveis de autoridade e responsabilidade, sem ênfase na integração das atividades para a entrega de valor ao cliente.

66. O Diagrama de Ishikawa, também conhecido como Diagrama de Causa e Efeito ou Diagrama de Espinha de Peixe, é uma ferramenta utilizada para identificar as possíveis causas de um problema específico, facilitando a análise e a melhoria de processos.

67. O Controle Estatístico de Processos (CEP) utiliza ferramentas estatísticas para monitorar e controlar processos, permitindo a identificação de variações que podem comprometer a qualidade do produto ou serviço, e facilitando a implementação de melhorias contínuas.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

*Paulo Portinho*

68. O processo orçamentário privado costuma estar integrado a outros elementos. Entre as etapas do processo orçamentário, pode-se dizer que a mais importante é a etapa de controle do orçamento.

### Questões 69 e 70

69. Considere as seguintes informações extraídas dos Balanços Patrimoniais:

Contas do balanço/DRE (R\$ mi)	Ano 1	Ano 2
Ativo Circulante	240	360
Ativo Não Circulante	40	0
Passivo Circulante	120	400
Passivo Não Circulante	0	100
Estoques	50	100

Com base nessas informações, é correto afirmar que o Capital Circulante Líquido da empresa no Ano 2 em relação ao Ano 1 aumentou em 160 milhões de reais.

70. Considere as mesmas informações da questão anterior:

Considerando que estão incluídos no Ativo Não Circulante os itens imobilizados, pode-se afirmar que o Patrimônio Líquido dessa empresa saiu de 160 milhões de reais para um passivo a descoberto de 140 milhões de reais, do ano 1 para o ano 2.

**71.** O Retorno sobre o PL (Patrimônio Líquido) é um indicador de desempenho muito importante.

Se uma empresa projeta um lucro de R\$ 75 milhões, com um índice “dívida/Patrimônio Líquido” de 2 e um Retorno sobre Ativo (ROA - Ativos) de 25,0%, então significa que seus proprietários podem esperar por uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) igual a 100%

**72.** Quanto à gestão financeira de empresas, julgue o item.

O orçamento de caixa, feito com projeções dos investimentos e financiamentos, permite a identificação de momentos de sobras e de necessidades de recursos.

**73.** O orçamento geral é o resumo dos planos da companhia, por isso, nele, não são estabelecidas metas específicas das atividades de venda, produção, distribuição e financeira. Geralmente, é representado por um orçamento de caixa, um orçamento de investimentos e um orçamento de financiamentos. O orçamento geral representa, de modo abrangente, os planos da administração para o futuro e a maneira como esses planos serão realizados.

**74.** O objetivo econômico e financeiro de uma empresa é a maximização de seu valor de mercado. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que a empresa utilize como meio e/ou fim para alcançar esse objetivo a confecção do planejamento financeiro e orçamentário.

**75.** A empresa XPTO apresenta um ciclo operacional de 90 dias (Período em estoque = 30 dias e Período em contas a receber = 60 dias) e um ciclo de caixa de 60 dias. Se a empresa dobrar o período em contas a receber e reduzir em 1/3 o período em contas a pagar, os novos ciclos operacional e de caixa da empresa serão respectivamente, 150 e 120 dias.

**76.** Em geral, as empresas costumam ter ciclo de caixa positivo e as estratégias utilizadas para otimizar seus custos de administração de caixa podem ser basicamente três (negociar com fornecedor, antecipar recebíveis e redução do prazo de estoque). Quando as empresas têm ciclo de caixa negativo, isso significa que elas recebem dos clientes antes de pagar aos fornecedores.

**77.** Os seguintes índices dos exercícios 2023 e 2024, calculados a partir dos balanços publicados pela companhia Limitada S.A, estão divulgados no quadro a seguir.

	2023	2024
<b>Índice de cobertura de juros</b>	3,00	4,00
<b>Margem Líquida</b>	12%	15%
<b>Composição do endividamento</b>	25%	20%
<b>Ciclo de caixa</b>	50 dias	15 dias

Considerando essa situação hipotética, acerca do comportamento dos índices em 2024, na comparação com 2023, pode-se dizer que todos os índices melhoraram.

## **ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO**

*Leandro Ravyelle*

**78.** O Anexo de Metas Fiscais da LDO deve conter, entre outros itens, a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior e as projeções para os três exercícios seguintes.

**79.** Os limites colocados pelas regras fiscais, por um lado, e o crescimento acelerado das despesas obrigatórias, por outro lado, reduzem o espaço fiscal disponível à ampliação dos investimentos nos Orçamentos da União.

- 80.** As emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda por qualquer bancada estadual, em cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento, desde que se mantenha a continuidade do investimento.
- 81.** A transversalidade, ao subsidiar, de maneira geral, a prática da interssetorialidade nas políticas públicas e, em particular, os Planos Plurianuais (PPA) e Orçamentos Anuais, sistematiza conceitos, boas práticas e recomendações contribuir para a gestão pública brasileira, principalmente no nível federal.
- 82.** A classificação econômica da despesa pública segue o critério de identificar os impactos econômicos das despesas no patrimônio do ente público, separando-as entre despesas correntes e de capital, contudo, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as despesas de capital, embora incluídas entre as categorias econômicas, não geram, em regra, acréscimo ao patrimônio do ente.
- 83.** A estrutura programática do orçamento público, conforme a metodologia vigente no Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, está organizada em função de categorias econômicas e da natureza das despesas, visando à identificação de programas, ações e objetivos estratégicos da Administração Pública.
- 84.** Créditos adicionais especiais somente podem ser autorizados por lei específica e são destinados a despesas que não possuíam dotação na Lei Orçamentária Anual (LOA), podendo ser reabertos no exercício seguinte, conforme regras constitucionais.
- 85.** A descentralização orçamentária consiste na distribuição de recursos entre unidades orçamentárias distintas dentro do mesmo ente federado, enquanto a descentralização financeira refere-se à autorização de uso desses recursos por entidades da administração indireta e outros entes.
- 86.** A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária devem conter, obrigatoriamente, a avaliação do cumprimento das metas fiscais, incluindo os limites de pessoal e o impacto das renúncias fiscais concedidas no exercício.
- 87.** O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) permite a execução orçamentária e financeira da União, mas não contempla a escrituração contábil de restos a pagar, que deve ser realizada manualmente pelos entes públicos.
- 88.** A suplementação de crédito orçamentário pode ocorrer a qualquer momento, desde que haja saldo de dotação suficiente para cobrir a ampliação da despesa e autorização legislativa.
- 89.** Os valores inscritos em dívida ativa representam créditos tributários e não tributários devidos à Fazenda Pública, que, após inscrição, tornam-se passíveis de cobrança judicial ou extrajudicial.
- 90.** Os restos a pagar processados são aqueles cuja despesa foi empenhada e liquidada, mas não paga até o final do exercício, devendo ser cobertos obrigatoriamente pelo superávit financeiro.
- 91.** A dívida fundada compreende as obrigações assumidas pelo ente público com exigibilidade superior a 12 meses, enquanto a dívida flutuante inclui restos a pagar, serviços da dívida e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

**92.** As transferências voluntárias são recursos repassados pela União a Estados e Municípios sem exigência de contrapartida, desde que sejam destinados exclusivamente a programas sociais e ações de interesse público.

**LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) E LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 (LEI DA TRANSPARÊNCIA)**

*Herbert Almeida*

Com relação às disposições da LAI – Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), julgue os itens a seguir.

**93.** A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não alcançando entidades privadas, ainda que sejam sem fins lucrativos e recebam recursos públicos.

**94.** A publicidade das informações de interesse público deve ser a regra geral na administração pública, enquanto o sigilo constitui a exceção, devendo ser fundamentado quando imposto.

**95.** As informações sigilosas classificadas como ultrassecretas permanecem protegidas por um prazo de 50 anos, prorrogáveis por igual período.

**96.** O direito de acesso à informação abrange a obtenção de informações produzidas ou custodiadas por pessoas físicas ou entidades privadas que possuam qualquer vínculo com órgãos e entidades públicas, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

**97.** A administração pública pode exigir que o solicitante informe o motivo pelo qual deseja acessar determinada informação, como requisito para conceder o pedido.

**98.** No Poder Executivo federal, caso o pedido de acesso à informação seja negado, o requerente poderá interpor recurso à Controladoria-Geral da União (CGU), mas apenas depois de submetê-lo a pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão.

**99.** Informações pessoais relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem de uma pessoa terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 50 anos.

João, um jornalista investigativo, solicitou ao Ministério da Saúde acesso a informações detalhadas sobre contratos firmados com empresas fornecedoras de medicamentos nos últimos cinco anos. O órgão público negou o pedido, alegando que os documentos continham informações sigilosas. Inconformado, João recorreu à Controladoria-Geral da União (CGU). Além disso, o jornalista solicitou acesso a dados pessoais de servidores envolvidos nos contratos, incluindo salários e CPF, para verificar possíveis conflitos de interesse. Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011):

**100.** O Ministério da Saúde deveria ter fundamentado a negativa de acesso, indicando expressamente as razões jurídicas e fáticas que justificassem a classificação dos contratos como sigilosos, sob pena de responsabilização do agente público.

**101.** O acesso aos dados pessoais dos servidores públicos, como remuneração e CPF, é vedado, pois essas informações são protegidas pela legislação de sigilo e privacidade.

**102.** Caso o Ministério da Saúde alegue que os contratos solicitados por João contêm informações parcialmente sigilosas, o acesso poderá ser negado integralmente, uma vez que não é possível conceder acesso parcial a documentos com restrição de divulgação.

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

*Elisabete Moreira*

**Acerca das reformas administrativas, da redefinição do papel do Estado e da evolução dos modelos de administração pública, julgue o item seguinte.**

**103.** O modelo burocrático de gestão pode gerar excessos e escassez de burocratização, cujas consequências podem levar à desordem e à ineficiência. Um exemplo de escassez de burocratização está relacionado à ênfase nas pessoas e na liberdade de ação.

**104.** Nas gestões que adotaram os modelos gerenciais de administração pública, numa fase de modernização do modelo burocrático, o Estado permaneceu responsável pela formulação e execução de serviços prestados à sociedade de forma direta.

**105.** Apesar de ainda estar vigente no Estado brasileiro, a administração pública burocrática é um modelo já ultrapassado e, portanto, deve ser suplantado por completo pelo modelo de administração pública gerencial, que tem por objetivo principal a efetividade das ações governamentais e das políticas públicas.

**No que concerne à governança, à governabilidade, à accountability, à transparência e aos processos participativos de gestão pública, à gestão por resultado na produção de serviços públicos, julgue os itens.**

**106.** A *accountability* horizontal decorre da responsabilização democrática e impõe formas de controle do cidadão para com os governantes, mediante o voto em representantes, controle social dos gastos públicos, plebiscitos e referendos.

**107.** A Nova Gestão Pública é um modelo formulado com base nas teorias do agente-principal.

**108.** Atualmente, há uma tendência de implementação de políticas públicas e ações do Estado em rede, um dos pressupostos da governança pública que envolve as condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder de Estado no atendimento às demandas de políticas públicas.

**Acerca da intermediação de interesses na administração pública, julgue o item a seguir.**

**109.** Em uma relação colaborativa entre organizações privadas e o Estado, na qual as organizações privadas participam do processo decisório e recebem uma série de atribuições referentes às políticas públicas, predomina o neocorporativismo.

**Acerca da administração de pessoas no setor público, julgue os itens que se seguem**

**110.** A gestão de pessoas nas organizações deve priorizar a realização dos objetivos individuais dos empregados e, em seguida, orientar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.

**Com base no disposto na Lei de Acesso à Informação e na Lei da Transparência, julgue o item seguinte.**

**111.** De acordo com dispositivo da Lei de Acesso à Informação, é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas, 10 anos como secreta e 5 anos como reservada.

**No que concerne aos termos dispostos na Lei nº 9.790/99, que trata da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), julgue o item a seguir.**

**112.** Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de irregularidade na utilização de recursos de origem pública pela organização parceira, conforme os termos dispostos na lei, darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.

**Considerando o ciclo de políticas públicas, e os aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento de políticas públicas julgue o item a seguir.**

**113.** Na formulação de políticas públicas, em alguns casos, percebe-se que existe uma certa limitação na capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter a rota das políticas em vigor, fenômeno denominado na literatura como processo incremental, no qual não se promove grandes modificações e a escolha e a avaliação de alternativas ocorre através da comparação entre as alternativas existentes.

**114.** Com base na tipologia proposta por Lowi, quanto às classes de políticas públicas, a instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa é um exemplo de política distributiva.

**115.** O ciclo de políticas públicas segue etapas sequenciais e interdependentes; ou ainda fases que se misturaram e ficam sobrepostas; ou até fases diferentes. No geral, o ciclo se inicia com a construção e formação de agendas, que é o momento de organizar as demandas sociais e realizar um estudo de viabilidade para levantar se há soluções possíveis de resolver o problema público.

**116.** As arenas políticas são espaços físicos e contextos sistêmicos, interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, definem as suas alianças e mobilizam o conflito entre eles a partir dos *issues*, das preferências, das expectativas e da estrutura de oportunidades.

**117.** O monitoramento de políticas públicas diferencia-se da avaliação sob vários aspectos. Enquanto a avaliação é o exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos e impactos das ações realizadas, o monitoramento é o exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas.

**Acerca do governo eletrônico; transparência na administração pública, controle social e cidadania, julgue o item a seguir**

**118.** O Governo Digital contempla a ampliação da interatividade e a participação política nos processos do Estado, bem como a facilitação de navegação e acesso a portais e serviços de governo em prol da integração, da transparência e do atendimento às demandas da sociedade.

**119.** Os conselhos gestores são responsáveis por estabelecer diretrizes para as políticas públicas e acompanhar a aplicação de recursos nas respectivas áreas de atuação, exercendo atividades normativas e fiscalizatórias, respectivamente.

**120.** No orçamento participativo, a população deve decidir a destinação de todos os recursos orçamentários, exceto aqueles que se vinculem com gastos de pessoal, saúde, segurança e educação.

## Discursiva

### **A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil**

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.



**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---